

Intervenções de enfermagem à criança com obesidade na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa.

Nursing interventions for children with obesity in primary health care: an integrative review.

Jaqueline Olímpia de Jesus Souza^{1*}

Gustavo Rodrigues Chaves Alves de Andrade^{1*}

Neuma de Jesus Rodrigues^{1*}

Nicolly Fernandes Silva^{1*}

Taline Ferreira Chaves^{1*}

Orientador: Alessandro Correia da Rocha^{2*}

Coordenadora: Alisson Scholler^{3*}

Coordenação: Silvana Flora de Melo^{3*}

RESUMO

Introdução: A obesidade infantil é um problema de saúde pública global, com prevalência crescente no Brasil, especialmente entre crianças de 5 a 10 anos acompanhadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A Atenção Primária à Saúde (APS) constitui a porta de entrada para o cuidado, e o enfermeiro desempenha papel fundamental na prevenção e no manejo dessa condição. **Objetivo:** Analisar as evidências científicas acerca das intervenções de enfermagem à criança com obesidade na Atenção Primária à Saúde. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados PubMed, Web of Science, EBSCO, LILACS e BDENF, utilizando os descritores "Obesidade Infantil", "Enfermagem", "Atenção Primária à Saúde" e "Intervenção". Foram incluídos artigos originais publicados entre 2015 e 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol. **Resultados:** Foram selecionados 12 artigos que atenderam aos critérios de inclusão. As intervenções de enfermagem identificadas foram agrupadas em quatro eixos temáticos: educação em saúde e aconselhamento; monitoramento antropométrico e vigilância nutricional; abordagem familiar e apoio psicossocial; e articulação com a equipe multiprofissional. **Discussão:** Os estudos evidenciam que as ações dos enfermeiros na APS incluem orientações sobre alimentação saudável, incentivo ao aleitamento materno, promoção da atividade física, aferição e interpretação de medidas antropométricas, além do envolvimento da família no cuidado. No entanto, persistem desafios como a falta de capacitação específica, a alta demanda de trabalho e a dificuldade de adesão familiar às mudanças de hábitos. A atuação do enfermeiro é potencializada quando integrada a programas intersetoriais, como o Programa Saúde na Escola (PSE), e respaldada por

protocolos institucionais, como o Instrutivo de Abordagem Individual para o Manejo da Obesidade no SUS. Conclusão: As intervenções de enfermagem à criança com obesidade na APS são multifacetadas e centradas na educação em saúde, no monitoramento antropométrico e no envolvimento familiar. A efetividade dessas ações depende da capacitação profissional, do trabalho interdisciplinar e do fortalecimento do vínculo com a família e a comunidade.

Palavras-chave: Obesidade infantil; Enfermagem; Atenção Primária à Saúde; Intervenção; Revisão.

ABSTRACT

Introduction: Childhood obesity is a global public health problem with a growing prevalence in Brazil, especially among children aged 5 to 10 years monitored by the Unified Health System (SUS). Primary Health Care (PHC) serves as the gateway to care, and nurses play a fundamental role in preventing and managing this condition. **Objective:** To analyze the scientific evidence regarding nursing interventions for children with obesity in Primary Health Care. **Materials and Methods:** This is an integrative literature review conducted in the PubMed, Web of Science, EBSCO, LILACS, and BDENF databases, using the descriptors "Childhood Obesity", "Nursing", "Primary Health Care", and "Intervention". Original articles published between 2015 and 2025 in Portuguese, English, and Spanish were included. **Results:** Twelve articles that met the inclusion criteria were selected. The identified nursing interventions were grouped into four thematic axes: health education and counseling; anthropometric monitoring and nutritional surveillance; family approach and psychosocial support; and coordination with the multidisciplinary team. **Discussion:** The studies show that nursing actions in PHC include guidance on healthy eating, encouraging breastfeeding, promoting physical activity, measuring and interpreting anthropometric data, and involving the family in care. However, challenges persist, such as a lack of specific training, high workloads, and the difficulty of family adherence to lifestyle changes. The nurse's role is enhanced when integrated into intersectoral programs, such as the Health in School Program (PSE), and supported by institutional protocols, such as the Individual Approach Instructional Guide for Obesity Management in SUS. **Conclusion:** Nursing interventions for children with obesity in PHC are multifaceted and centered on health education, anthropometric monitoring, and family involvement. The effectiveness of these actions depends on professional training, interdisciplinary teamwork, and strengthening the bond with the family and the community.

Keywords: Childhood obesity; Nursing; Primary Health Care; Intervention; Review.

1 INTRODUÇÃO

A obesidade é definida como uma doença crônica, complexa e de etiologia multifatorial, resultante do acúmulo excessivo de tecido adiposo que acarreta prejuízos à saúde (Brasil; Universidade Federal de Minas Gerais, 2024). No contexto da infância, essa condição tem se configurado como um dos mais graves problemas de saúde pública do século XXI, com prevalência crescente em todas as regiões do mundo. Estima-se que, em nível global, milhões de crianças e adolescentes apresentem sobrepeso ou obesidade, o que representa um aumento expressivo em relação às décadas anteriores (Silva e Silva; Zanella, 2022). No Brasil, dados oficiais indicam que, até meados de 2022, mais de 340 mil crianças de 5 a 10 anos de idade

acompanhadas pela Atenção Primária à Saúde (APS) foram diagnosticadas com obesidade, sendo as regiões Sul e Sudeste as de maior prevalência (Brasil, 2022).

A obesidade infantil é caracterizada por uma interação complexa entre fatores genéticos, metabólicos, nutricionais, psicossociais, ambientais e comportamentais (Noletto; Silva, 2022). Entre os principais determinantes, destacam-se as mudanças nos padrões alimentares contemporâneos, com o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados ricos em açúcares, gorduras saturadas e sódio, associado à redução da prática de atividade física e ao aumento do comportamento sedentário, como o tempo excessivo em frente a telas (Ganen, 2023). Além disso, o ambiente obesogênico, caracterizado pela fácil disponibilidade de alimentos não saudáveis e pela escassez de espaços seguros para o lazer ativo, tem sido apontado como um importante facilitador do desenvolvimento da obesidade desde a primeira infância (Oliveira; Lima; Cabral, 2021).

As consequências da obesidade infantil são graves e podem se estender por toda a vida. A curto prazo, crianças com obesidade apresentam maior risco de desenvolver doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes mellitus tipo 2, hipertensão arterial sistêmica, dislipidemias e esteatose hepática não alcoólica (Ribeiro et al., 2024). A médio e longo prazo, a obesidade na infância está associada ao aumento da probabilidade de manutenção do excesso de peso na vida adulta, elevando o risco de morbimortalidade por doenças cardiovasculares e alguns tipos de câncer (Corrêa et al., 2024). Ademais, não se pode negligenciar os impactos psicossociais, que incluem baixa autoestima, depressão, ansiedade, isolamento social e discriminação, afetando negativamente o desempenho escolar e a qualidade de vida das crianças (Holdefer; Barcela; Almeida, 2022).

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) estabelece a Atenção Primária à Saúde como a principal porta de entrada e ordenadora do cuidado na rede de atenção à saúde (Brasil, 2025). A Política Nacional de Alimentação e Nutrição e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança reconhecem a obesidade como um problema de saúde pública e preconizam ações de promoção da alimentação adequada e saudável, prevenção de agravos e cuidado integral às crianças com excesso de peso (Oliveira; Lima; Cabral, 2021). Nesse contexto, a Estratégia Saúde da Família (ESF) constitui o modelo prioritário de organização da APS, sendo o enfermeiro um profissional central na execução de ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde (Brasil, 2025).

O enfermeiro, por sua proximidade com as famílias e pela longitudinalidade do cuidado, possui papel estratégico na prevenção e no manejo da obesidade infantil

(Braga et al., 2020). Suas atribuições incluem a realização da consulta de enfermagem em puericultura, a aferição e interpretação de medidas antropométricas, o aconselhamento sobre alimentação saudável e atividade física, o incentivo ao aleitamento materno exclusivo até os seis meses, além do encaminhamento para outros profissionais da equipe multiprofissional quando necessário (Jesus et al., 2023). O monitoramento do crescimento e desenvolvimento por meio da caderneta da criança, associado à orientação familiar, constitui uma ferramenta essencial para a detecção precoce do excesso de peso e para a implementação de intervenções oportunas (Costa et al., 2025).

No entanto, estudos têm apontado que os enfermeiros enfrentam dificuldades na abordagem da obesidade infantil. Entre os principais desafios destacam-se a falta de capacitação específica sobre o tema, a escassez de tempo nas consultas, a ausência de protocolos padronizados institucionalmente e a resistência familiar às mudanças de hábitos (Braga et al., 2020). Além disso, há fragilidades na articulação intersetorial, especialmente entre saúde e educação, o que limita a efetividade de ações integradas, como as propostas pelo Programa Saúde na Escola (Kogati; Cardoso, 2024). Outro ponto crítico é a comunicação sensível sobre o peso da criança com os familiares, que requer do enfermeiro habilidades de escuta ativa e empatia para evitar estigmatização e constrangimentos (Meneghetti et al., 2025).

A literatura científica tem demonstrado que intervenções de enfermagem bem-sucedidas na APS para crianças com obesidade envolvem estratégias multicomponentes, que incluem educação alimentar e nutricional, incentivo à prática de atividade física, envolvimento da família e articulação com a rede de apoio do território (Albuquerque et al., 2024). O uso de abordagens centradas na família e o fortalecimento do vínculo entre profissional, criança e cuidadores são fatores determinantes para a adesão ao tratamento e para a manutenção de hábitos saudáveis a longo prazo (Molina et al., 2025). A atuação do enfermeiro, quando alinhada a programas de promoção da saúde no ambiente escolar e a estratégias de cuidado longitudinal, potencializa os resultados na redução do excesso de peso infantil (Leal et al., 2024).

Entretanto, observa-se uma lacuna na sistematização do conhecimento acerca das intervenções específicas de enfermagem direcionadas à criança com obesidade no âmbito da APS. Embora haja diversos estudos sobre o tema, ainda persistem dúvidas sobre quais estratégias são mais efetivas, quais barreiras precisam ser superadas e como organizar o cuidado de forma a garantir a integralidade e a continuidade da assistência (Jesus et al., 2023). A identificação e a

análise dessas intervenções na literatura científica são fundamentais para subsidiar a prática clínica, orientar a tomada de decisão dos profissionais e fortalecer as políticas públicas de saúde voltadas para esse público (Costa et al., 2025).

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de sistematizar o conhecimento científico acerca das intervenções de enfermagem direcionadas à criança com obesidade no âmbito da APS. A compreensão dessas práticas contribui para a qualificação da assistência, para a superação dos desafios enfrentados pelos profissionais e para a promoção de hábitos saudáveis desde a infância, com repercussões positivas na vida adulta.

2 OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar as evidências científicas acerca das intervenções de enfermagem à criança com obesidade na Atenção Primária à Saúde.

Objetivos específicos

- Identificar na literatura científica as principais intervenções de enfermagem realizadas na Atenção Primária à Saúde para crianças com obesidade.
- Descrever as barreiras e as potencialidades da atuação do enfermeiro no manejo da obesidade infantil na Atenção Primária à Saúde.
- Analisar as estratégias de educação em saúde e envolvimento familiar utilizadas pelo enfermeiro na prevenção e no tratamento da obesidade infantil.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo bibliográfico do tipo revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa e caráter descritivo, acerca das intervenções de enfermagem à criança com obesidade na Atenção Primária à Saúde. De acordo com Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 128):

O método de revisão integrativa é uma abordagem que permite a inclusão de estudos que adotam diversas metodologias (ou seja, experimental e de pesquisa não experimental). A revisão integrativa possibilita a síntese de vários estudos já publicados, permitindo a geração de novos conhecimentos, pautados nos resultados apresentados pelas pesquisas anteriores.

Este tipo de revisão permite a análise e a discussão de evidências científicas sobre um tema específico, identificando lacunas e direcionando a prática clínica baseada em evidências (Costa et al., 2025).

O desenvolvimento da presente revisão seguiu as seis etapas propostas pela literatura especializada: 1) identificação do tema e formulação da pergunta de pesquisa; 2) estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; 3) definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; 4) avaliação dos estudos incluídos; 5) interpretação e discussão dos resultados; e 6) apresentação da síntese do conhecimento (Meneghetti et al., 2025).

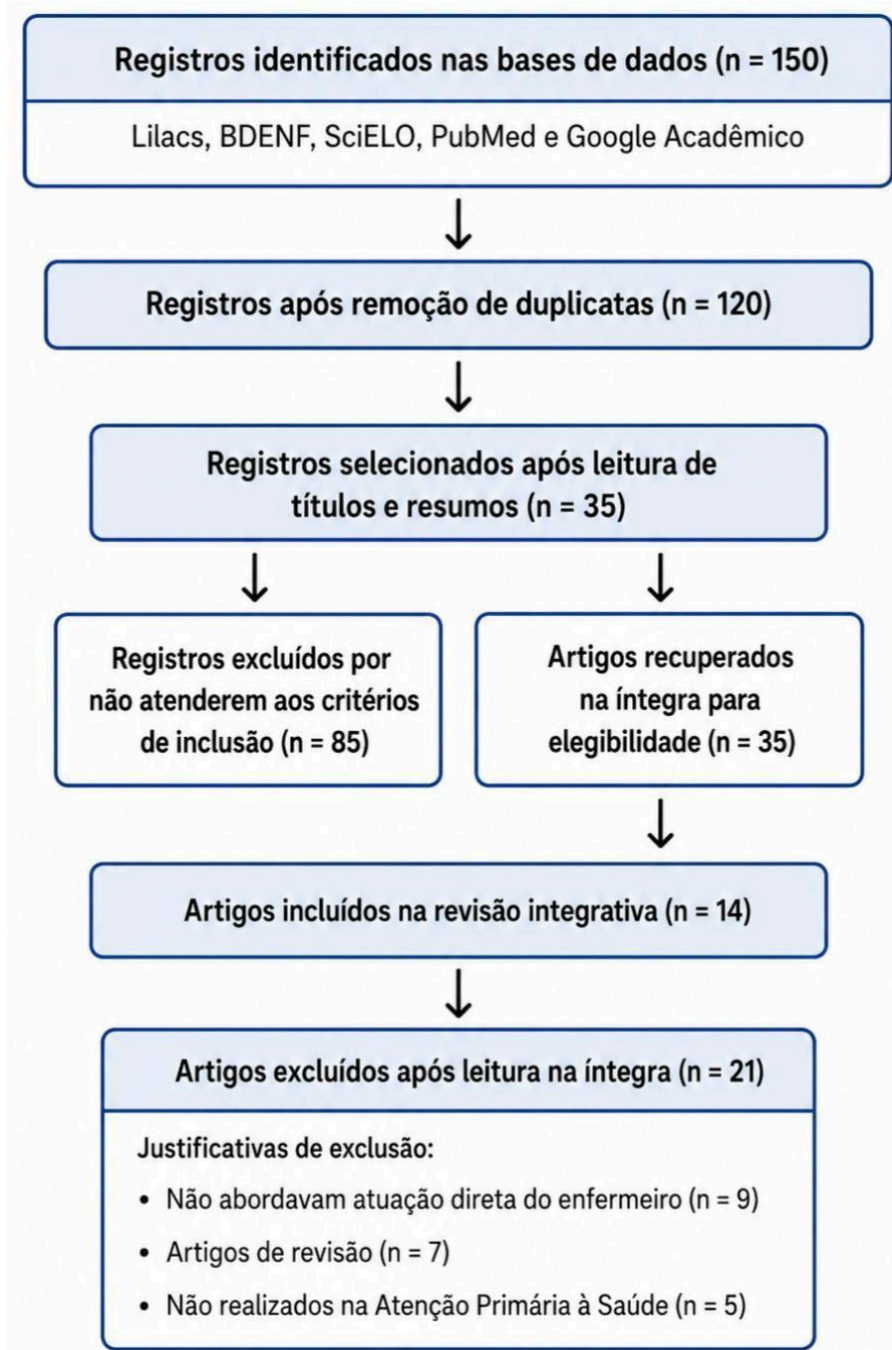
Para a construção da pergunta norteadora, utilizou-se a estratégia PICO, que considera: População (crianças com obesidade), Fenômeno de interesse (intervenções de enfermagem) e Contexto (Atenção Primária à Saúde). Dessa forma, definiu-se a seguinte questão de pesquisa: Quais são as intervenções de enfermagem à criança com obesidade na Atenção Primária à Saúde descritas na literatura científica?

A busca bibliográfica foi realizada nos meses de março a abril de 2026, nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed e Google Acadêmico (Braga et al., 2020). Foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): "Obesidade Infantil", "Enfermagem", "Atenção Primária à Saúde", "Intervenção", "Cuidados de Enfermagem" e "Prevenção", combinados entre si pelo operador booleano AND (Albuquerque et al., 2024).

Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: artigos originais disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês ou espanhol, publicados entre 2011 e 2025, que abordassem a atuação do enfermeiro na prevenção ou no manejo da obesidade infantil no âmbito da Atenção Primária à Saúde (Costa et al., 2025). Foram excluídos da análise: editoriais, cartas ao editor, relatos de caso, artigos de revisão (sistemática, integrativa ou de escopo), livros, manuais técnicos, Trabalhos de Conclusão de Curso, documentos oficiais e estudos que não apresentassem a atuação direta do enfermeiro ou que fossem realizados em outros níveis de atenção à saúde (Meneghetti et al., 2025).

A Figura 1 apresenta o fluxograma do processo de seleção dos estudos, conforme recomendação do PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), adaptado para revisões integrativas (Leal et al., 2024).

Figura 1: Fluxograma do processo de seleção dos estudos



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 14 artigos para compor a amostra final desta revisão integrativa. A extração dos dados foi realizada por meio de um instrumento elaborado pelos autores, contendo as seguintes informações: título, autores, ano de publicação, país de origem, objetivo do estudo, delineamento metodológico, principais intervenções de enfermagem identificadas e principais resultados (Jesus et al., 2023).

Os dados extraídos foram organizados em um quadro sinótico, apresentado na seção de Resultados, permitindo a visualização sintética das principais

características dos estudos incluídos. A análise e a interpretação dos resultados foram realizadas de forma descritiva e qualitativa, agrupando as intervenções identificadas em categorias temáticas, as quais foram discutidas à luz da literatura científica e dos documentos oficiais do Ministério da Saúde (Brasil; Universidade Federal de Minas Gerais, 2024).

Por tratar-se de uma revisão da literatura, que utiliza dados de domínio público e não envolve seres humanos diretamente, este estudo dispensou a aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme preconiza a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016 apud Jesus et al., 2023). Todos os autores dos estudos originais foram devidamente citados e referenciados, respeitando-se os direitos autorais e a ética na pesquisa científica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente revisão integrativa analisou 14 artigos científicos que abordam as intervenções de enfermagem à criança com obesidade na Atenção Primária à Saúde. O Quadro 1 apresenta a síntese dos estudos selecionados, incluindo autores, ano de publicação, objetivo e principais intervenções de enfermagem identificadas.

Quadro 1: Síntese dos artigos incluídos na revisão integrativa

Nº	Autor(es)/Ano	Objetivo	Principais intervenções de enfermagem
1	ALBUQUERQUE et al. (2024)	Analisar a atuação da enfermagem na prevenção e controle da obesidade infantil	Educação em saúde; aconselhamento nutricional; promoção da atividade física; envolvimento familiar; articulação multiprofissional
2	BOTELHO et al. (2011)	Discutir o método da revisão integrativa nos estudos organizacionais	Referencial metodológico para a condução da revisão integrativa

3	BRAGA et al. (2020)	Compreender a atuação de enfermeiros voltada para a obesidade na UBS	Orientações sobre hábitos saudáveis; monitoramento antropométrico; encaminhamento para especialistas; grupos educativos
4	CORRÊA et al. (2024)	Analisar a relação entre obesidade infantil e prática de atividade física	Incentivo à prática de atividade física; orientação sobre redução do tempo de tela; promoção de brincadeiras ativas
5	COSTA et al. (2025)	Analisar a assistência de enfermagem na prevenção da obesidade infantil	Educação alimentar e nutricional; monitoramento do crescimento; consulta de puericultura; orientação familiar
6	HOLDEFER; BARCELA; ALMEIDA (2022)	Investigar a relação entre atividade física e obesidade infantil	Promoção da atividade física; orientação sobre comportamento sedentário; estímulo ao lazer ativo
7	JESUS et al. (2023)	Descrever as ações dos profissionais de enfermagem na prevenção da obesidade infantil	Aconselhamento sobre aleitamento materno; orientação sobre introdução alimentar; monitoramento antropométrico
8	KOGATI; CARDOSO (2024)	Avaliar os efeitos do Programa Saúde na Escola sobre o IMC de adolescentes	Articulação intersetorial; ações de promoção da saúde no ambiente escolar; avaliação antropométrica
9	LEAL et al. (2024)	Analisar o impacto da atividade física na prevenção e controle da obesidade infantil	Estímulo à prática regular de atividade física; orientação sobre benefícios do exercício; redução do sedentarismo
10	MENEGHETTI et al. (2025)	Analisar as estratégias de intervenção da enfermagem na obesidade infantil	Educação em saúde; monitoramento do crescimento; envolvimento familiar; aconselhamento nutricional

11	NOLETO; SILVA (2022)	Identificar a relação da alimentação com o desenvolvimento da obesidade infantil	Orientação sobre alimentação saudável; desestímulo ao consumo de ultraprocessados; promoção de hábitos alimentares adequados
12	RIBEIRO et al. (2024)	Investigar o impacto da obesidade infantil na saúde brasileira	Monitoramento de comorbidades; orientação sobre prevenção de doenças crônicas; acompanhamento longitudinal
13	SILVA e SILVA; ZANELLA (2022)	Identificar estratégias de políticas públicas para combate à obesidade infantil	Articulação intersetorial; participação em programas governamentais; ações de promoção da saúde
14	BRASIL; UFMG (2024)	Fornecer diretrizes para o manejo da obesidade no SUS	Avaliação antropométrica; estratificação de risco; aconselhamento; plano de cuidado; abordagem centrada na pessoa

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

4.1 Caracterização dos estudos incluídos

Dos 14 artigos analisados, a maioria foi publicada nos últimos cinco anos (2020-2025), demonstrando a atualidade e a relevância do tema para a enfermagem e para a saúde pública. Os estudos são predominantemente brasileiros, o que reflete o interesse nacional no enfrentamento da obesidade infantil no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Quanto ao delineamento metodológico, predominaram as revisões integrativas e bibliográficas, seguidas por estudos qualitativos descritivos e estudos transversais. A diversidade metodológica evidencia a complexidade do tema e a necessidade de diferentes abordagens para sua compreensão (Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

4.2 Educação em saúde e aconselhamento como eixo central da atuação do enfermeiro

Os estudos analisados apontam que a educação em saúde constitui a principal ferramenta utilizada pelo enfermeiro na prevenção e no manejo da obesidade infantil. As ações educativas incluem orientações sobre alimentação

saudável, incentivo ao aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida, desestímulo ao consumo de alimentos ultraprocessados e bebidas açucaradas, além da promoção da prática regular de atividade física (Costa et al., 2025). Essas orientações são realizadas predominantemente durante a consulta de enfermagem em puericultura e nos grupos educativos desenvolvidos nas Unidades Básicas de Saúde (Jesus et al., 2023).

O aconselhamento em saúde, quando realizado de forma empática e centrada na família, tem se mostrado efetivo para promover mudanças comportamentais sustentáveis. Estudos demonstram que o enfermeiro, por meio do vínculo estabelecido com a criança e seus cuidadores, consegue identificar barreiras e potencialidades para a adoção de hábitos saudáveis, contribuindo para a redução do excesso de peso (Meneghetti et al., 2025). A abordagem dialógica, que considera o conhecimento e a experiência prévia da família, potencializa a adesão às orientações e fortalece a autonomia dos cuidadores no cuidado à criança (Noletto; Silva, 2022).

Entretanto, observa-se que as ações de educação em saúde muitas vezes são realizadas de forma genérica, sem especificidade para o público infantil com obesidade. Frequentemente, as orientações são direcionadas a grupos heterogêneos, como os de hipertensos e diabéticos, nos quais a criança com obesidade não é o foco principal da intervenção (Braga et al., 2020). Essa abordagem inespecífica pode limitar a efetividade das ações e reduzir o impacto na redução dos índices de obesidade infantil, conforme apontado pelos autores.

O Instrutivo de Abordagem Individual para o Manejo da Obesidade no SUS (Brasil; Universidade Federal de Minas Gerais, 2024) preconiza que o aconselhamento deve ser personalizado, baseado em evidências científicas e construído a partir da escuta do usuário, do incentivo ao seu protagonismo e do apoio ao autocuidado. A utilização de estratégias como os 5A's (abordar, avaliar, aconselhar, acordar, ajudar) e a Entrevista Motivacional são recomendadas para qualificar a comunicação e fortalecer o vínculo com a criança e sua família, conforme detalhado no manual técnico.

4.3 Monitoramento antropométrico e vigilância nutricional

A aferição e a interpretação adequada das medidas antropométricas peso, altura, cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) por idade e circunferência abdominal são competências essenciais do enfermeiro na APS. Essas medidas

permitem o diagnóstico precoce do excesso de peso, o monitoramento da evolução nutricional da criança e a identificação de riscos para doenças crônicas não transmissíveis (Ribeiro et al., 2024). O registro dessas informações no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) é fundamental para o planejamento de ações coletivas e para o acompanhamento longitudinal do estado nutricional da população adscrita (Brasil, 2022).

No entanto, estudos apontam que muitos enfermeiros enfrentam dificuldades na interpretação das curvas de crescimento e na classificação do estado nutricional, especialmente quando se trata de crianças com obesidade grave (Holdefer; Barcela; Almeida, 2022). Além disso, a falta de tempo durante as consultas e a alta demanda de atendimentos comprometem a qualidade da vigilância nutricional e a continuidade do cuidado (Corrêa et al., 2024). Essas dificuldades são agravadas pela falta de capacitação específica sobre o tema na formação inicial e continuada dos enfermeiros.

O Ministério da Saúde, por meio do Instrutivo de Abordagem Individual para o Manejo da Obesidade no SUS (Brasil; Universidade Federal de Minas Gerais, 2024), preconiza que a avaliação antropométrica deve ser realizada em todos os contatos com a criança na APS, incluindo a demanda espontânea, e que os resultados devem ser discutidos com a família de forma sensível e não estigmatizante. A utilização da caderneta da criança como instrumento de monitoramento e educação em saúde é uma estratégia recomendada e que tem mostrado resultados positivos (Ganen, 2023). A análise dos dados antropométricos deve ir além da simples classificação do IMC. É fundamental que o enfermeiro compreenda a trajetória do crescimento da criança, identificando padrões de ganho de peso acelerado ou desacelerado, e que utilize essas informações para planejar intervenções precoces (Costa et al., 2025). O monitoramento da circunferência abdominal, em particular, é um importante preditor de risco cardiometabólico e deve ser incorporado à rotina da consulta de enfermagem, conforme recomendado pelos estudos analisados (Ribeiro et al., 2024).

4.4 Envolvimento familiar e enfrentamento do estigma

O envolvimento da família é apontado como fator determinante para o sucesso das intervenções de enfermagem na obesidade infantil. Estudos demonstram que as mudanças nos hábitos alimentares e na prática de atividade física são mais efetivas quando toda a família está engajada no processo, uma vez que os padrões comportamentais das crianças são fortemente influenciados pelo

ambiente familiar (Silva e Silva; Zanella, 2022). O enfermeiro, ao estabelecer um vínculo de confiança com os cuidadores, consegue abordar questões sensíveis relacionadas à alimentação, ao estilo de vida e à imagem corporal, promovendo um ambiente propício para mudanças (Costa et al., 2025).

Um dos maiores desafios enfrentados pelos enfermeiros é a resistência familiar às mudanças de hábitos. Muitas vezes, os cuidadores não reconhecem o excesso de peso da criança como um problema de saúde, ou subestimam os riscos associados à obesidade (Braga et al., 2020). Além disso, o estigma relacionado ao peso, tanto por parte dos profissionais de saúde quanto da própria família, pode gerar sentimentos de vergonha, culpa e baixa autoestima, comprometendo a adesão ao tratamento (Meneghetti et al., 2025). Esse estigma é particularmente prejudicial quando internalizado pela criança, afetando sua saúde mental e seu desenvolvimento psicossocial.

O instrutivo do Ministério da Saúde (Brasil; Universidade Federal de Minas Gerais, 2024) orienta que os profissionais evitem uma linguagem culpabilizadora e estigmatizante, adotando uma abordagem centrada na pessoa e na família. A comunicação empática e o respeito à história de vida da criança e de seus cuidadores são fundamentais para construir uma relação terapêutica positiva e para promover mudanças sustentáveis. A utilização de termos como "criança com obesidade" em vez de "criança obesa" é uma recomendação simples, mas importante, para reduzir o estigma.

Estudos qualitativos indicam que os enfermeiros enfrentam dificuldades para abordar o tema do peso com as famílias, especialmente quando a criança já está com obesidade estabelecida. O medo de ofender os cuidadores ou de ser percebido como julgador leva muitos profissionais a evitar o assunto ou a abordá-lo de forma superficial (Jesus et al., 2023). A capacitação em técnicas de comunicação sensível e em Entrevista Motivacional é apontada como uma estratégia para superar essa barreira, conforme destacado nos estudos analisados.

4.5 Articulação com a equipe multiprofissional e com a rede intersetorial

A complexidade da obesidade infantil demanda uma abordagem interdisciplinar, na qual o enfermeiro atua em articulação com outros profissionais da equipe multiprofissional, como nutricionistas, psicólogos, educadores físicos e assistentes sociais (Albuquerque et al., 2024). O apoio matricial e a prática colaborativa interprofissional potencializam a resolutividade do cuidado e permitem

uma atenção mais integral à criança com obesidade (Molina et al., 2025). A ausência desses profissionais na APS, especialmente nutricionistas e psicólogos, é apontada como uma barreira significativa para o cuidado integral.

A articulação com o Programa Saúde na Escola (PSE) é apontada como uma estratégia intersetorial relevante para a prevenção da obesidade infantil. O PSE, ao integrar saúde e educação, permite ações de promoção da alimentação saudável e incentivo à atividade física no ambiente escolar, alcançando um número expressivo de crianças e adolescentes (Kogati; Cardoso, 2024). No entanto, estudos indicam que a implementação do PSE ainda enfrenta desafios relacionados à baixa adesão das escolas, à falta de profissionais capacitados e à insuficiência de recursos materiais e financeiros (Leal et al., 2024). O enfermeiro pode atuar como articulador entre a UBS e a escola, fortalecendo essa parceria.

A participação do enfermeiro em programas de atividade física comunitários, como as Academias da Saúde, e em grupos operativos voltados para o controle do peso, também é uma estratégia que amplia o acesso da população às ações de promoção da saúde e fortalece a rede de apoio à criança com obesidade (Corrêa et al., 2024). A oferta de atividades físicas supervisionadas e adaptadas à faixa etária e às condições de saúde da criança contribui para a redução do sedentarismo e para a melhoria da aptidão física e da qualidade de vida (Holdefer; Barcela; Almeida, 2022).

A articulação com a Atenção Especializada, especialmente quando a criança apresenta obesidade grave ou comorbidades associadas, é fundamental para garantir a continuidade do cuidado. O enfermeiro, como coordenador do cuidado na APS, deve realizar o encaminhamento oportuno e acompanhar o retorno da criança à unidade de saúde, assegurando a referência e contrarreferência adequadas (Albuquerque et al., 2024). A falta de fluxos definidos e a demora no agendamento de consultas especializadas são desafios adicionais nesse processo.

4.6 Desafios e potencialidades da atuação do enfermeiro

Os estudos analisados identificaram múltiplos desafios para a atuação do enfermeiro na prevenção e no manejo da obesidade infantil na APS. Entre os principais obstáculos destacam-se:

Falta de capacitação específica: muitos enfermeiros referem não se sentir preparados para abordar a obesidade infantil, especialmente no que se refere ao aconselhamento nutricional e à abordagem de questões emocionais associadas ao excesso de peso (Braga et al., 2020; Meneghetti et al., 2025). A formação inicial em

enfermagem, muitas vezes, aborda o tema de forma superficial, e a educação permanente nos serviços de saúde é insuficiente para suprir essa lacuna.

Sobrecarga de trabalho e escassez de tempo: a alta demanda de atendimentos e a multiplicidade de tarefas na APS reduzem o tempo disponível para ações de promoção da saúde e para o acompanhamento longitudinal da criança com obesidade

(Jesus et al., 2023). O enfermeiro frequentemente se vê sobrecarregado com atividades administrativas e com o atendimento à demanda espontânea, o que compromete a qualidade da consulta de puericultura e do monitoramento nutricional.

Ausência de protocolos padronizados: a falta de diretrizes claras e de fluxos definidos para o manejo da obesidade infantil na APS dificulta a sistematização do cuidado e a continuidade do tratamento (Albuquerque et al., 2024). A implementação de protocolos baseados em evidências, como o Instrutivo do Ministério da Saúde (Brasil; Universidade Federal de Minas Gerais, 2024), é uma estratégia para superar esse desafio.

Baixa adesão familiar: a resistência dos cuidadores às mudanças de hábitos, a falta de reconhecimento do problema e as dificuldades socioeconômicas são barreiras significativas para o sucesso das intervenções (Costa et al., 2025). Muitas famílias enfrentam insegurança alimentar, falta de tempo para preparar refeições saudáveis e dificuldade de acesso a espaços seguros para a prática de atividade física.

Fragilidade na articulação intersetorial: a integração entre saúde, educação, esporte e assistência social ainda é incipiente em muitos municípios, limitando a efetividade de ações integradas (Kogati; Cardoso, 2024). O fortalecimento do PSE e a implementação de políticas públicas intersetoriais são fundamentais para criar ambientes saudáveis e promotores de saúde.

Por outro lado, as potencialidades da atuação do enfermeiro incluem o vínculo longitudinal com as famílias, a confiança depositada pela comunidade nesse profissional, a capilaridade da APS no território e a possibilidade de articulação com diferentes pontos da Rede de Atenção à Saúde (Silva e Silva; Zanella, 2022). O enfermeiro, ao atuar como coordenador do cuidado, pode mobilizar recursos comunitários, fortalecer a rede de apoio à criança e à família e garantir a continuidade do tratamento (Noleto; Silva, 2022).

O Instrutivo de Abordagem Individual para o Manejo da Obesidade no SUS (Brasil; Universidade Federal de Minas Gerais, 2024) propõe a Estratégia de

Cuidado da Pessoa com Obesidade, que integra abordagens individuais e coletivas, estratifica o risco dos usuários e define fluxos de cuidado na APS e na Atenção Especializada. A implementação dessa estratégia, associada à capacitação dos enfermeiros e à reorganização dos processos de trabalho, tem potencial para qualificar a assistência à criança com obesidade e para reduzir os índices de excesso de peso na infância, conforme demonstrado nos estudos analisados.

4.7 Síntese das evidências e implicações para a prática

Os achados desta revisão integrativa permitem concluir que as intervenções de enfermagem à criança com obesidade na APS são multifacetadas e centradas na educação em saúde, no monitoramento antropométrico e no envolvimento familiar. No entanto, para que essas intervenções sejam efetivas, é necessário superar os desafios relacionados à capacitação profissional, à estrutura dos serviços de saúde e à adesão familiar, conforme amplamente discutido nos estudos analisados.

A implementação de protocolos clínicos baseados em evidências, como o Instrutivo do Ministério da Saúde (Brasil; Universidade Federal de Minas Gerais, 2024), é uma estratégia fundamental para sistematizar o cuidado e garantir a qualidade da assistência. A utilização de ferramentas como o monitoramento do IMC por idade, a caderneta da criança, os grupos educativos e o aconselhamento motivacional são práticas recomendadas e que têm mostrado resultados positivos na redução do excesso de peso infantil.

Além disso, o fortalecimento da articulação intersetorial, especialmente com o Programa Saúde na Escola (Kogati; Cardoso, 2024), e a criação de ambientes saudáveis no território são estratégias complementares que ampliam o impacto das ações de enfermagem e promovem mudanças sustentáveis nos hábitos de vida da criança e de sua família. A participação ativa do enfermeiro na implementação e no monitoramento dessas políticas é essencial para seu sucesso.

4.8 Limitações do estudo

A presente revisão integrativa apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. Primeiramente, a busca bibliográfica foi realizada em um número limitado de bases de dados (Lilacs, BDENF, SciELO, PubMed e Google Acadêmico), o que pode ter excluído estudos indexados em outras fontes, como Web of Science, Scopus ou Embase. Em segundo lugar, a heterogeneidade metodológica dos

estudos incluídos que abrange desde revisões de literatura até estudos qualitativos descritivos e quantitativos transversais dificultou a comparação direta dos resultados e a realização de meta-análise.

Terceiro, a maioria dos estudos foi conduzida em contextos específicos (principalmente no Brasil), o que pode limitar a generalização dos achados para outras realidades socioculturais e sanitárias. Quarto, a exclusão de artigos de revisão (sistemática, integrativa ou de escopo) e de documentos oficiais (exceto os utilizados como referencial teórico-metodológico) pode ter eliminado sínteses relevantes sobre o tema, mas essa decisão metodológica foi adotada para garantir que apenas estudos primários fossem analisados na amostra final. Por fim, a inclusão de apenas um artigo internacional (Botelho et al., 2011, sobre metodologia) limita a perspectiva intercultural sobre as intervenções de enfermagem na obesidade infantil.

5 CONCLUSÃO

A presente revisão integrativa analisou as evidências científicas acerca das intervenções de enfermagem à criança com obesidade na Atenção Primária à Saúde, com base em 14 artigos selecionados.

As intervenções de enfermagem mais frequentes são a educação em saúde e o aconselhamento nutricional, o monitoramento antropométrico e a vigilância nutricional, o envolvimento da família no cuidado e a articulação com a equipe multiprofissional e com a rede intersetorial.

Persistem desafios significativos para a efetividade dessas intervenções, incluindo a falta de capacitação específica dos enfermeiros, a sobrecarga de trabalho, a ausência de protocolos padronizados, a baixa adesão familiar e a fragilidade na articulação intersetorial. A superação dessas barreiras requer investimentos na formação continuada, na reorganização dos processos de trabalho na APS, na implementação de protocolos clínicos baseados em evidências e no fortalecimento de políticas públicas intersetoriais, como o Programa Saúde na Escola.

O enfermeiro ocupa posição estratégica na linha de frente do cuidado à criança com obesidade, atuando como coordenador do cuidado e elo entre a família, a equipe de saúde e a comunidade. Para que essa atuação seja efetiva, é fundamental que gestores e instituições de ensino invistam na qualificação

profissional e na criação de ambientes organizacionais que valorizem as ações de promoção da saúde e prevenção de agravos.

Sugere-se para futuras pesquisas a realização de estudos de intervenção randomizados que avaliem a efetividade de programas estruturados de enfermagem para a prevenção e o manejo da obesidade infantil na APS, bem como análises de custo-efetividade dessas intervenções. Estudos qualitativos que aprofundem a compreensão das experiências e percepções de enfermeiros, crianças e familiares sobre o cuidado à obesidade infantil também são necessários para subsidiar a construção de práticas mais humanizadas e centradas na pessoa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D. K. D. et al. A enfermagem na prevenção e controle da obesidade infantil. *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 11, p. 1-20, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N11182.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011.

BRAGA, V. A. S. et al. Atuação de enfermeiros voltada para a obesidade na Unidade Básica de Saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, n. 2, e20180404, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0404>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Acompanhadas pelo SUS, mais de 340 mil crianças brasileiras entre 5 e 10 anos possuem obesidade. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em: 12 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção Primária à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em: 12 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde; Universidade Federal de Minas Gerais. Instrutivo de abordagem individual para o manejo da obesidade no SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. 192 p.

CORRÊA, Y. K. et al. Obesidade infantil e a prática de atividade física, uma revisão. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 7, n. 3, p. 1-13, 2024. DOI: 10.34119/bjhrv7n3482.

COSTA, B. W. P. et al. Assistência de enfermagem na prevenção da obesidade infantil. *Research, Society and Development*, v. 14, n. 12, e138141250408, 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v14i12.50408>.

GANEN, A. de P. (org.). Guia prático de orientações para prevenção e tratamento da obesidade infantil. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2023. 76 p.

HOLDEFER, C. A.; BARCELA, F.; ALMEIDA, G. Atividade física e sua relação com a obesidade infantil: uma revisão bibliográfica. Caderno Intersaberes, v. 11, n. 31, p. 242-255, 2022.

JESUS, R. S. de et al. Obesidade infantil e as ações dos profissionais de enfermagem às medidas de apoio à prevenção e redução das complicações: uma revisão integrativa. Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica, v. 2, n. 5, p. 1-16, 2023. DOI: <https://doi.org/10.56166/remici.2023.7.v2n5.2.43>.

KOGATI, A. A. A.; CARDOSO, L. B. Efeitos do Programa Saúde na Escola sobre o índice de massa corporal de adolescentes no Brasil. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 27, 2024.

LEAL, D. P. B. et al. Impacto da atividade física na prevenção e controle da obesidade infantil: uma revisão integrativa. Research, Society and Development, v. 13, n. 11, e74131147371, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v13i11.47371>.

MENEGHETTI, C. M. C. et al. Atuação do enfermeiro na obesidade infantil: revisão integrativa. Lumen et Virtus, v. 16, n. 53, p. 1-14, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/levv16n53-139>.

MOLINA, M. del C. B.; MARTINS, H. X.; APRELINI, C. M. de O. (org.). Prevenção da obesidade infantil na atenção primária: contexto, proposta metodológica e ações. Salvador: Edufba, 2025. 143 p.

NOLETO, I. S.; SILVA, M. M. da. Aspectos nutricionais na obesidade infantil: uma revisão de literatura. Id on Line Revista de Psicologia, v. 16, n. 60, p. 778-793, 2022.

OLIVEIRA, L. T. S. de; LIMA, M. L. S. de; CABRAL, P. R. C. Obesidade infantil no Brasil: políticas e programas do SUS como estratégias de enfrentamento. 2021. 24 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Nutrição). Centro Universitário Brasileiro, Recife, 2021.

RIBEIRO, A. S. et al. Impacto da obesidade infantil na saúde brasileira. Revista Científica UNILAGO, 2024.

SILVA e SILVA, É. J. da; ZANELLA, P. B. Políticas públicas de combate à obesidade infantil: uma visão do Brasil e do mundo. Brazilian Journal of Health Review, v. 5, n. 1, p. 1-9, 2022. DOI: 10.34119/bjhrv5n1-215.

*Curso de Enfermagem da Universidade Anhembi Morumbi